



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 1986

ANO XII

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.121/86

O Parágrafo Único, do Art.74, da Constituição Estadual, fica acrescido da seguinte letra "C":

"Art.74 - O funcionário será aposentado:

I - ...

II - ...

III - ...

Parágrafo Único: no caso do item III, o prazo é reduzido:

a) ...

b) ...

c) a vinte e cinco anos para os funcionários que exerçam as funções de:

1 - médicos que trabalhem com Raio X, tuberculose e/ou lepra;

2 - bioquímicos;

3 - laboratoristas;

4 - atendentes de saúde em postos de doença contagiosas, e

5 - dentistas que operem com Raio X."

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1986

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Apoiamento:

Anibal Khury, Irondi Pugliesi, Orlando Pessuti, Antônio Belinati, Tuguio Setogutte, Rubens Bueno, Odeni Mongrue, Hermas Brandão, Nelson Buffara, Trajano Bastos, Artagão Mattos Leão, Osvaldo Alencar Furtado, Caíto Quintana, Basílio Zanusso, Sérgio Spada, Sabino Campos, Edmar Luiz Costa, Antônio Annibelli, Edgard Pimentel, José Antônio Fonseca, Ivan Gubert e Péricles Pacheco.

JUSTIFICATIVA:

A proteção à saúde do trabalhador, como medida preventiva, é ponto pacífico nas

relações laborais. Não obstante, a defesa desses direitos fundamentais, é mister que sejam atenuados, a tempo, os riscos à vida ou à saúde desses trabalhadores, que justamente zelam pelo bem-estar dos semelhantes, diminuindo-lhes, assim, o período de exposição a seus efeitos.

A aposentadoria aos 25 anos de serviço dos funcionários a que se refere esta Emenda, é benefício garantido aos trabalhadores celetistas, consagrada através da Consolidação da Legislação da Previdência Social, matéria esta regulada pelos Decretos 72.771/73 e 83.080/79.

Por sua vez, os funcionários públicos estaduais, habilitados em concurso, iniciam suas atividades em funções reconhecidamente perigosas, como as descritas nos itens 1 a 5 da Emenda proposta, permanecendo à mercê dos riscos decorrentes de agentes químicos nocivos e doenças infecto-contagiosas, ao longo de 30 ou 35 anos de serviço, para finalmente se aposentarem.

São atividades que, pela sua natureza, dificultam a proteção adequada à saúde desses trabalhadores, e não raro, acarretam infortúnios laborais de toda sorte.

Destarte, é medida de inteira justiça a aprovação desta Emenda, uma vez que a mesma dispensará tratamento igualitário aos funcionários estaduais no exercício de funções consideradas insalubres, assim como preservará a saúde e a integridade física desses profissionais tão valorosos à coletividade, os quais terão garantida a aposentadoria aos 25 anos de serviço público.

Assim, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares, no sentido de que seja aprovada esta justa emenda Constitucional.